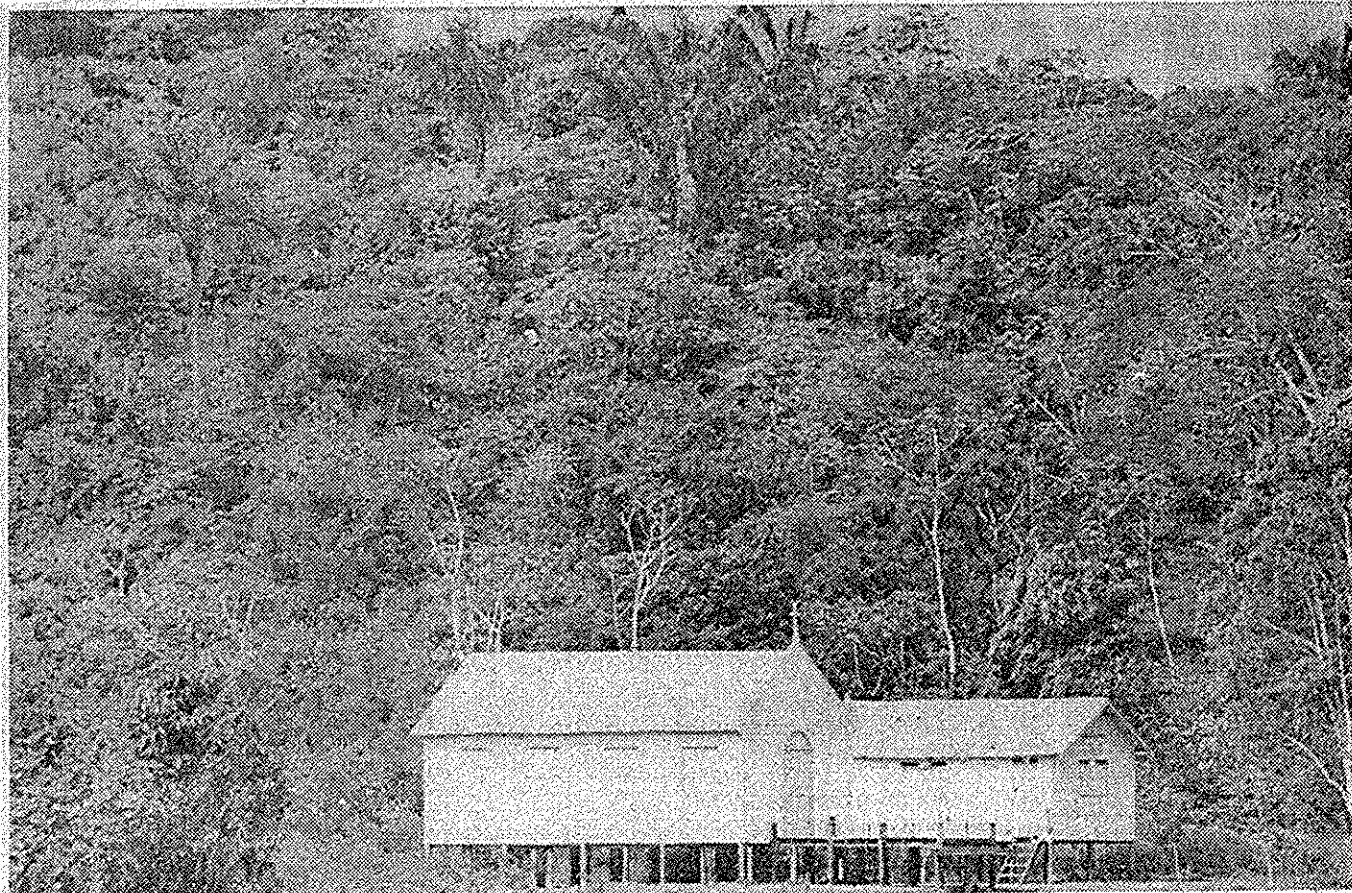




Quase 500 milhões de hectares da Amazônia podem ser usados para a agricultura



Agora, já se pode saber em que condições de exploração pode ser ocupada cada área da Amazônia

## Os planos da ocupação agrícola da Amazônia

Do enviado especial

Mais de 80% da chamada Amazônia fisiológica — com cerca de 354,9 milhões de hectares — podem ser usados para a agricultura, com lavouras permanentes e temporárias. Esse potencial foi constatado num mapeamento da aptidão agrícola dos Estados e Territórios da região, realizado com a coordenação do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido, instalado pela Embrapa em Belém.

Considerando as deficiências de fertilidade e de água, os excessos de água, susceptibilidade a erosão e impedimento a mecanização — informações levantadas em diversos estudos que já existiam, principalmente do projeto Radam —, foram feitos os mapas com informações sobre o nível de fertilidade das terras, as práticas conservacionistas necessárias, possibilidades de mecanização, exigências de fertilizantes e corretivos, de forma que, próximo do real, já podem orientar o que é mais viável e em que condições de exploração poderá ser ocupada cada área da Amazônia.



Foi constatada a existência de 297.697.100 hectares — 83,7% da Amazônia fisiológica — com aptidão para lavouras perenes e temporárias; 15.092.700 hectares para pastagens plantadas; 23.524.600 hectares estão em pastagens nativas; 1.769.400 hectares para silvicultura e pastagem natural e 16.808.100 hectares não têm aptidão agrícola. Da área total mapeada de 354.862.100 hectares, descontaram 66.556.700 ha para parques e reservas equivalentes, o que, somente na área considerada para agricultura, implicaria em 53.933.970 ha, o que a reduziria em termos úteis para 243.733.130 ha — seis vezes toda a área em agricultura atualmente no País.

O Acre é o Estado com as melhores condições de solo para agricultura, podendo usar 92,04% de sua área — ou 14.043.900 ha — para lavouras; 78,94% de todas suas terras são de boa fertilidade natural, com exigências mínimas de fertilizantes, embora a maior parte apresente riscos de moderados a fortes quanto à erosão. Rondônia, onde há atualmente a maior expansão, tem 73,31% — ou 17.817.200 ha — indicados para lavouras, mas na maior parte é necessário aplicar grandes quantidades de fertilizantes e moderadas de calagem para correção e manutenção de nu-

trientes. Em 81,93% — ou 100.571.500 ha — da área total do — Pará, também é possível ter lavouras — mas a maior parte do Estado é constituída de solos de baixa fertilidade, exigindo uso considerável de fertilizantes.

Segundo o técnico Benedito Nelson Rodrigues, do CPATU, coordenador dos trabalhos, a partir do mapeamento está sendo feito agora um zoneamento, que ficará concluído até o final do ano, para indicar as culturas mais viáveis a cada região, com base em levantamentos de campo que serão feitos nas áreas mais representativas da Amazônia.

Levando em conta a irreversibilidade do processo de ocupação, os técnicos querem definir, com esse zoneamento, as áreas cujas características ecológicas, no atual estágio de conhecimentos sobre a região, podem ser ocupadas com os menores riscos ao meio ambiente. A idéia inicial é destinar a produção de alimentos às várzeas de maior fertilidade, que têm maior potencial para expansão da fronteira agrícola; em terra firme ficariam os cultivos perenes, consórcios desses produtos com alimentos e a exploração florestal. A pecuária ficaria em áreas de mata fina, cerrados ou pastagens nativas.

Como o nível de informações sobre a região ainda é muito precário, os órgãos de pesquisa procuram desenvolver uma tecnologia específica visando a reduzir as distorções causadas pela ocupação irracional ocorrida até o momento. As condições climáticas são consideradas muito severas, e, por isso, não podem continuar sendo aplicados inadequadamente na Amazônia, uma região de trópico úmido, sistemas de produção de regiões temperadas. A radiação anual de 1.500 a 3 mil horas de brilho solar, temperatura média de 26° —, evaporações e transpirações elevadas, dá características diferentes ao micro-clima da região. A precipitação pluviométrica — com chuvas muito fortes que podem atingir até 20 mm em 10 minutos — apresenta a outra característica muito importante na definição de sistemas de produção para a área: acredita-se que a bacia amazônica recebe anualmente 120 trilhões de metros cúbicos de água, dos quais 55,2 vão para o solo e rios e 64,8 trilhões retornam através da evapo-transpiração. Os técnicos concluem, portanto, que um desmatamento intensivo deverá trazer alterações no ciclo hidrológico e, por isso, a região precisa de sistemas de produção que, em termos de agricultura ou aproveitamento da floresta, aproximem-se o mais possível das condições naturais — utilizando-se culturas perenes arbóreas.

A exuberância das florestas dá a falsa impressão de que os solos são de elevada fertilidade, mas os estudos já constataram que somente cerca de 10% têm boas condições de fertilidade natural. No restante, com razoável incidência de solos argilosos, a retirada em grande escala da cobertura arbórea poderia resultar em séria compactação

que dificultaria seu aproveitamento econômico.

Nas cidades paraenses de Altamira e Capitão Poço — em diferentes condições de solos — a Embrapa está montando dois experimentos que poderão apresentar resultados muito importantes para a ocupação agrícola da região. O chamado Cpatu-1, para desenvolver sistemas de produção com plantas perenes em consórcio e identificar formas de cultivo viáveis economicamente, compatíveis com o ecossistema tropical; identificar as diferenças ecológicas que ocorram pela substituição da floresta tropical por cultivos perenes; e propor alternativas de aproveitamento em diferentes processos de cultivo. Serão comparados os sistemas tradicionais das culturas perenes com o seu consórcio e o plantio intercalado no sub-bosque da floresta.

O Cpatu-2 procura verificar a produtividade de solos amazônicos e mudanças ecológicas em diferentes sistemas de manejo, para determinar as mudanças ecológicas, principalmente nos solos, que forem causadas pelo efeito dos diferentes sistemas de manejo; e, final-



mente, delinear um sistema de agricultura que permita o uso rentável e permanente da região tropical úmida. Inicialmente o experimento observará os danos causados pela agricultura itinerante e desenvolverá informações para tornar mais rentável esses sistemas. Também serão feitas consorciações de lavouras perenes com cultivos anuais típicos da região. Até o momento não existem resultados, pois os dois experimentos ainda não têm dois anos.

### PECUÁRIA

Por terem ignorado as características dos ecossistemas regionais e não haverem resultados concretos de pesquisa, pecuaristas já perderam inteiramente 500 mil dos 3 milhões de ha de pastos que plantaram. O rápido aumento da degradação, inclusive, tem tornado insustentável a pergunta se o trópico úmido brasileiro tem realmente alguma vocação para a pecuária.

Embora não existam ainda resultados definitivos, alguns técnicos, baseados nas alterações ecológicas que percebem, já recomendam a atividade pecuária apenas em pequenas e médias propriedades, onde os traços culturais e investimentos são menos onerosos e é possível ter maiores cuidados com os pastos.

A expansão da pecuária tinha inicialmente duas opções naturais na Amazônia: os pastos nativos de terra firme, Ilha de Marajó, cerrados de Roraima, Amapá e Pará, mas de muito baixa fertilidade e qualidade; e os campos nativos de várzea, principalmente no baixo e médio Amazonas, com muitas dificuldades à expansão da atividade devido às suas limitações ecológicas. Por isso, coincidindo com a abertura de estradas, os empresários começaram a ocupar as frestas de terra firme. E as pastagens financiadas com os incentivos fiscais concentraram-se principalmente ao longo da rodovia Belém-Brasília, no Sul do Pará; Norte de Mato Grosso e Goiás; e em menor escala nos estados do Acre e Amazonas (principalmente ao longo da Manaus-Itacoatiara) e no Território de Rondônia. Da área total, 95% foi ocupada com capins coloniais e jaraguá, trazidos do Sul, e somente uma parte inexpressiva com quicuí da Amazônia, agora o mais indicado para a região.

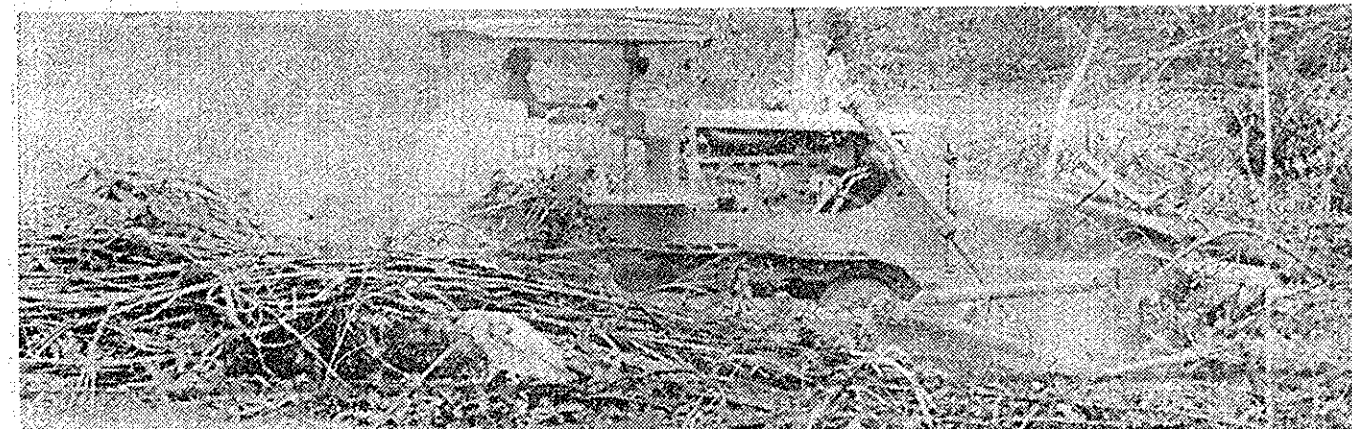
Nos primeiros cinco anos todas as pastagens apresentam boa produtividade, pois com a



derrubada e queima da mata são incorporados muitos nutrientes ao solo. Depois disso começa a cair a incidência de fósforo e as pastagens entram em degradação. Os problemas mais sérios atualmente concentram-se ao longo da Belém-Brasília, principalmente em Paragominas (sul do Pará), da Manaus-Itacoatiara e algumas áreas da Rondônia e Acre.

Procurando resolver esse problema, o governo criou o projeto de Melhoramento das pastagens da Amazônia Legal, Pro-pasto, que terá de investir Cr\$ 40 milhões entre 1976 e o final deste ano, para gerar tecnologia para aumento da produtividade das pastagens nativas de baixa fertilidade; recuperar as pastagens degradadas ou em degradação e manter sua produtividade por mais longo prazo.

O coordenador do Pro-pasto, Emanuel Adilson Souza Serrão, diz que os experimentos técnicos procuram introduzir novas forrageiras e indicar níveis corretos de adubação. Em substituição aos capins que estavam sendo utilizados já se recomenda o uso do quicuí da Amazônia e consórcio com gramíneas, o que aumenta consideravelmente a capacidade de lotação dos pastos e o ganho de peso diário dos animais.



A Sudam já desenvolveu um sistema para a exploração mecanizada da floresta